

## MOÇÃO EM DEFESA DAS BIBLIOTECAS PÚBLICAS BRASILEIRAS

Nós, integrantes eleitos para o biênio 2015-2017 para Colegiado Setorial da Literatura, Livro e Leitura (CSLLL) do Conselho Nacional de Política Cultural (CNPC) vimos por meio desta moção, denunciar e reivindicar providências urgentes do Ministério da Cultura por meio da Diretoria do Livro, leitura, Literatura e Bibliotecas sobre a grave situação das bibliotecas públicas deste país.

Foram identificadas 6.102 bibliotecas públicas em todo o território brasileiro onde apenas 122 municípios não possuem nenhuma biblioteca, colocando, dessa forma, o equipamento cultural mais presente nas cidades do Brasil.

Essa realidade contrasta com a situação e estado de fechamento das Bibliotecas exemplificada pela tentativa de fechamento das Bibliotecas Parques da cidade do Rio de Janeiro e pelo estado em que se encontra a Biblioteca Demonstrativa de Brasília com suas obras paralisadas sem previsão de reabertura.

Durante a realização do IV Fórum Brasileiro de Bibliotecas Públicas realizado na cidade de São Paulo entre os dias 22 e 24 de julho de 2015 a apresentação do projeto "Mais Bibliotecas Públicas" apontou vários problemas das bibliotecas do país. Entre os problemas exemplificamos:

1. Falta de entendimento do que seja e da necessidade de uma biblioteca pública por parte dos gestores públicos e governos.
2. Estrutura organizacional e condição política em que vivem os Sistemas Estaduais de Bibliotecas Públicas do Brasil.
3. Descontinuidade de políticas para as Bibliotecas motivada pela mudança dos gestores municipais e estaduais.
4. Carência de recursos e infraestrutura causando péssimas condições dos prédios e acervos desatualizados.
5. Falta de treinamento e formação ao corpo funcional das bibliotecas.

Pelos motivos expostos reivindicamos e sugerimos que o Sistema Nacional de Bibliotecas Públicas atue de forma mais sistemática para:

1. Fortalecimento dos Sistemas Estaduais de Bibliotecas.

2. Realização de campanhas de valorização das bibliotecas públicas como equipamentos socioculturais mais presente nos municípios brasileiros.
3. Criação de mecanismos para que os municípios que não possuem bibliotecas públicas em funcionamento fiquem impedidos de receber outros recursos do Ministério da Cultura.
4. Garantia de previsão orçamentária anual para os estados que fizeram o pacto federativo com transmissão de recursos diretos.
5. Estabelecer parâmetros básicos do que seja uma biblioteca pública

Diante desse quadro e percebendo a necessidade de reversão imediata dessa situação sob o risco de se perder todos os trabalhos e esforços do povo brasileiro desenvolvidos durante a construção do Plano Nacional do Livro e Leitura (PNLL) a partir de 2005, vimos por meio desta Moção solicitar do Legislativo Federal, Câmara e Senado, bem como do Executivo, na representação dos Ministérios da Cultura e da Educação que têm firmado entre si a portaria interministerial nº 1442 de 14 de agosto de 2006 que resultou no PNLL e instituído mais tarde por Decreto interministerial nº 7.559 de setembro de 2011. A celeridade da institucionalização por Lei do PNLL foi demonstrada de forma veemente durante a III Conferência Nacional de Cultura realizada em 2014 ao colocar a institucionalização por Lei do PNLL entre as 20 diretrizes prioritárias para a Política de Cultura do país. Por isso solicitamos: celeridade no processo de aprovação e que seja incluindo preceitos legais que impeçam esse desmonte que vem acontecendo no âmbito das bibliotecas públicas e que fortaleça a política pública para o setor como uma política de Estado, contribuindo assim para o desenvolvimento justo e sustentável desse país e do seu povo.

Brasília, 02 de dezembro de 2015